

**GRAN**  
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

**Pós-Graduação em**  
**Direito Administrativo**  
**Com Ênfase em Processos**  
**Sancionatórios**





# Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino? .....	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica .....	5
<b>Direito Administrativo com Ênfase em Processos</b>	
Sancionatórios.....	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo .....	7
Duração do curso .....	7
Matriz curricular .....	8
Conteúdo programático .....	9
FAQ do curso .....	14
Diferenciais tecnológicos .....	15
Gran Vantagens.....	16
Ingresso .....	17

# POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

*EdTech* que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

Início imediato após a matrícula e flexibilidade para organizar o próprio calendário, as avaliações podem ser realizadas conforme a disponibilidade e o progresso, proporcionando uma experiência de aprendizagem personalizada.

# CONHEÇA NOSSA

# METODOLOGIA

Cursos 100% EaD compostos por três módulos, liberados progressivamente a cada 60 dias.

Avaliação feita por disciplina no sistema de provas da Gran Faculdade, com sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se aprovado aquele que alcançar a nota mínima de 70 (setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos, com videoaulas, aulas interativas ao vivo, *slides* e artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



# COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Prof. Gustavo Scatolino Silva**  
Coordenador

Atualmente, atua como Procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e Pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-Assessor de Ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, como o de Analista Judiciário do STJ, função esta exercida durante 5 anos, e de Procurador do Estado do Espírito Santo.

# DIREITO ADMINISTRATIVO COM ÊNFASE EM PROCESSOS SANCIONATÓRIOS



Este curso propõe um modelo pedagógico que visa à preparação do profissional para atuar no âmbito público ou privado, por meio da defesa de empresas privadas frente à Administração Pública como um todo. O curso estrutura-se, ao longo do seu desenvolvimento, em disciplinas voltadas inicialmente ao domínio do Direito Administrativo, começando pelos temas acerca do funcionamento do Estado e os temas fundamentais do Direito Administrativo, partindo-se, sempre, da premissa de capacitar o profissional para transitar com habilidade e segurança em sua atuação, inclusive no que tange ao cenário de incertezas jurídicas no âmbito dos processos sancionadores.

## DESTAQUES DO CURSO

Capacitar e aperfeiçoar os profissionais que busquem se aperfeiçoar na temática do Direito Administrativo Sancionador;

Aprofundamento da compreensão dos meandros dos processos sancionatórios;

Habilitar a resolução prática de problemas reais que surgirão no exercício profissional das carreiras privativas dos bacharéis em Direito, tais como a Advocacia, a Magistratura, o Ministério Público e as Polícias Criminais.



## PÚBLICO-ALVO

Profissionais da área do Direito, bacharéis, licenciados e tecnólogos de outras áreas do conhecimento que tenham interesse em adquirir habilidades para lidar com a Administração Pública.

## DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Administrativo com Ênfase em Processos Sancionatórios tem duração de 6 (seis) a 12 (doze) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

# MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Direito Administrativo	50 h
02	Direito Constitucional	59 h
03	Lei do Processo Administrativo Federal – Lei nº 9784/99	18 h
04	Controle na Administração – Interno e Externo	59 h
05	Direito Administrativo Sancionador	29 h
06	Segurança da Informação e LGPD	24 h
07	Princípios do Direito Administrativo Sancionador	18 h
08	Regime Disciplinar dos Servidores Federais	34 h
09	Processos Administrativos Disciplinares Militares	20 h
10	Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de Empresas na Lei Anticorrupção - Lei n. 12846/13	25 h
11	Processo Administrativo Sancionatório nas Agências Reguladoras	24 h
<b>TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>		<b>360 horas</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)</b>		<b>40 horas</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>400 horas</b>

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	<p>Introdução ao Direito Administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração; centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos, classificação. Tipos de vínculo: função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Intervenção restritiva: servidão. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Intervenção supressiva: desapropriação. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Espécies de bens públicos. Características dos bens públicos. Tipos de uso de bens públicos. Controle administrativo. Espécies de controle. Tribunal de Contas da União. Competências do Tribunal de Contas da União.</p>

<p><b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b></p>	<p>Constituição Federal de 1988. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado e organização dos poderes. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.</p>
<p><b>LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL – LEI N. 9.784/1999</b></p>	<p>Lei n. 9.784/1999. Das disposições gerais. Dos direitos dos administrados. Dos deveres do administrado. Do início do processo. Dos interessados. Da competência. Dos impedimentos e da suspeição. Da forma, tempo e lugar dos atos do processo. Da comunicação dos atos. Da instrução. Do dever de decidir. Da decisão coordenada. Da motivação. Da desistência e outros casos de extinção do processo. Da anulação, revogação e convalidação. Do recurso administrativo e da revisão. Dos prazos. Das disposições finais.</p>
<p><b>CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO – INTERNO E EXTERNO</b></p>	<p>Abrangência e espécies de controles da Administração Pública. Sistemas de controle na Constituição Federal. Funções e competências dos Tribunais de Contas. Composição e forma de investidura dos membros dos Tribunais de Contas. Natureza Jurídica, Eficácia e revisão das decisões dos Tribunais de Contas. Tomadas e prestações de contas e julgamento de contas pelos Tribunais de Contas. Jurisdição dos Tribunais de Contas. Organização e funcionamento dos Tribunais de Contas, com enfoque no TCU. Deliberação e sessões do TCU. Processo e recursos no TCU. Linhas de defesa no setor público. Controle interno administrativo: conceito, princípios, estruturas e componentes. Controle interno avaliativo e sistema de controle interno de cada poder. Modelos de controle interno. Normas de auditoria e controle interno governamentais. Compliance do setor público. governança, controles internos e gestão de riscos no setor público.</p>
<p><b>DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR</b></p>	<p>Lei n. 12.846/2013. Lei de Improbidade Administrativa. Lei n. 8.429/1992. Processo Administrativo Disciplinar. Lei n. 12.813/2013.</p>
<p><b>SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD</b></p>	<p>A importância das medidas de segurança por parte dos agentes de tratamento de dados pessoais. Anonimização e pseudonimização. O papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados na regulamentação de padrões técnicos e medidas de segurança. Proteção de dados pessoais e privacidade by design e by default. Formulação de regras de boas práticas e de governança. Comunicação de Incidentes de Segurança de Dados Pessoais à ANPD. Da fiscalização por parte da ANPD. Das sanções administrativas.</p>

**PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**

Introdução. O ilícito e a sanção no Direito Público Sancionador. A estrutura do ilícito de Direito Público Sancionador. Fundamentos do Direito Público Sancionador. A imputação de resultado no Direito Público Sancionador. A função de proteção de bens jurídicos para uma legitimidade punitiva e a relação com o ne bis in idem. Há exceção ao ne bis in idem? Elementos axiológicos do sistema de Direito Público Sancionador. A coerção como elemento primário do sistema de Direito Público Sancionador. O conceito de sistema de direito e os fundamentos de uma identidade unitária de Direito Público Sancionador. Ordenamento jurídico e Direito Público Sancionador. Sistemas jurídicos de Direito Público Sancionador. Regimes jurídicos de Direito Público Sancionador. Fontes do Direito Administrativo Sancionador: Fontes formais imediatas de Direito Público Sancionador. Fontes formais mediatas de Direito Público Sancionador. Princípios constitucionais de Direito Público Sancionador. Princípios legais de Direito Público Sancionador. Princípios implícitos de Direito Público Sancionador.

**REGIME DISCIPLINAR DOS SERVIDORES FEDERAIS**

Parte I – Considerações introdutórias: noções de direito disciplinar. Legislação e princípios aplicáveis. Ciência de irregularidades e o dever de apurar. Responsabilidade jurídica: conceito e espécies. Parte II – O juízo de admissibilidade: conceito e importância. Finalidade no procedimento disciplinar. Condutas a apurar e abrangência subjetiva. Resultados do juízo. Classificação e características dos procedimentos correccionais: investigativos e contraditórios. Termo de ajustamento de conduta disciplinar. Parte III – Processo administrativo disciplinar: definição, cabimento, ritos ordinário e sumário. Fases e sigilo processual. Comissão processante: características e requisitos legais. Metodologia de trabalho da comissão e reuniões. Hipóteses de impedimento e suspeição: regras de parentesco aplicáveis. Afastamento preventivo e prazos aplicáveis. Modalidades de comunicação processual. Fases do processo disciplinar: instrução probatória no rito ordinário (conceitos introdutórios, provas desnecessárias, impertinentes e protelatórias, produção probatória e prova emprestada), tipificação da infração disciplinar e indiciamento, citação, defesa escrita, relatório final e julgamento (limites e competência). Do regime disciplinar: deveres e proibições legais (legislação comentada), espécies e cabimento das sanções disciplinares. Análise de prescrição.

**PROCESSOS  
ADMINISTRATIVOS  
DISCIPLINARES MILITARES**

Processos administrativos disciplinares militares: conselho de justificação. Conselho de disciplina. Sindicância. PATD (Processo de Apuração de Transgressão Disciplinar). FATD (Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar). Rito da apuração da transgressão disciplinar. Conceito, natureza e fontes do direito disciplinar militar e do processo administrativo disciplinar militar. Pilares básicos das instituições armadas. Objeto do estudo do direito disciplinar militar e a finalidade da aplicação da punição disciplinar. Valores básicos nos quais deve-se pautar a conduta de todo militar. Comportamento do militar e reflexos. Os atuais regulamentos disciplinares das Forças Armadas e a sua conformidade com a CF/1988. Contraditório e ampla defesa na apuração da transgressão disciplinar. A participação do advogado na apuração da transgressão disciplinar. Limites às sanções disciplinares. Manifestações públicas de militares sobre assuntos políticos. Ato disciplinar militar. Os regulamentos disciplinares militares das Forças Armadas e das Forças Auxiliares. Detenção prévia (prisão cautelar) disciplinar. As transgressões e punições disciplinares. O cancelamento e a anulação da punição disciplinar. Os reflexos da esfera disciplinar militar na esfera criminal militar. Observações e análises de algumas transgressões e julgados correlatos.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DE RESPONSABILIZAÇÃO  
(PAR) DE EMPRESAS NA LEI  
ANTICORRUPÇÃO – LEI N.  
12.846/2013**

Princípios aplicáveis e conceito de processo administrativo de responsabilização (PAR) contra pessoas jurídicas (empresas privadas que praticam atos lesivos contra a Administração Pública previstos na Lei Anticorrupção – Lei n. 12.846/2013). Sujeitos passivo e ativo do PAR e a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica como regra. Atos lesivos: quais condutas geram a possibilidade de responsabilização administrativa. Órgãos e entidades competentes para a apuração do ato lesivo. Do rito do processo administrativo de responsabilização (PAR): instauração, comissão apuradora, provas, alegações possíveis e atuação dos advogados de defesa, desconsideração da personalidade jurídica, indicição, relatório final, alegações finais. Julgamento e recursos cabíveis. Penalidades administrativas possíveis de serem aplicadas. Cálculo da pena de multa e seus parâmetros. Prescrição. Alternativa ao PAR: o acordo de leniência.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO  
SANCIONATÓRIO NAS  
AGÊNCIAS REGULADORAS**

Pressupostos constitucionais e legais do direito administrativo sancionador. Regulação e agências reguladoras. Teorias da regulação. Poder normativo das agências reguladoras. Teoria processual da regulação, regulação responsiva. Fiscalização e sanção: (i) agências que regulam setores de infraestrutura (ANTT, Aneel, Anatel, Antaq, ANP e Anac); (ii) Agências de atividades econômicas livres/serviços de utilidade pública não estatais etc. (Anvisa e ANS); (iii) Agências que regulam bens públicos e seu uso (ANM, ANP e ANA). Regulação e concorrência: limites e relações. Defesa da concorrência. Processo administrativo sancionador antitruste. Processo administrativo sancionador regulatório frente aos órgãos de controle e ao poder judiciário.

# FAQ DO CURSO

## O curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo com Ênfase em Processos Sancionatórios é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## O curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo com Ênfase em Processos Sancionatórios é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

## Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

## O curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo com Ênfase em Processos Sancionatórios é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

## É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

## O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

*Download* de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

*App* compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

*Player* de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Resumo e Transcrição da Aula: com um clique tenha o resumo e transcrição da aula estudada.

# GRAN VANTAGENS

No Gran Vantagens, sua matrícula é apenas o começo de uma jornada cheia de privilégios que acompanham sua rotina dentro e fora da faculdade. Ao se tornar nosso aluno, você ganha acesso imediato a um ecossistema completo de benefícios, que inclui desde o uso gratuito de ferramentas de tecnologia e inteligência artificial até o apoio de plataformas profissionais e cursos livres.

A melhor parte? O benefício financeiro é real e imediato. Somando todos os descontos e acessos exclusivos em serviços de lazer, educação e bem-estar, você pode economizar até R\$ 3.000,00, um valor que pode superar o custo da sua matrícula. Isso significa que, ao escolher a Gran Faculdade, você não está apenas contratando um curso, mas fazendo um investimento inteligente em que a economia gerada paga o seu conhecimento. Matricule-se e veja o seu investimento retornar para o seu bolso todos os meses!

## DESTAQUES:

Tenha condições especiais para adquirir dispositivos eletrônicos e acesso a softwares de design e edição. Estude com as melhores ferramentas com valores reduzidos;

Potencialize seus estudos com acesso às ferramentas de Inteligência Artificial, garantindo mais agilidade no seu aprendizado;

Domine o mercado com acesso gratuito à plataformas de análise de dados e à certificações profissionais. A sua formação técnica garantida sem custos adicionais;

Aproveite os descontos exclusivos nas maiores plataformas de streaming de música e vídeo do mercado.



# INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos



passos de muitos

futuros

[gran.com.br](http://gran.com.br)

